



## **A relação vulnerabilidade/insegurança social versus pandemia, desde a perspectiva urbana-territorial.**

Nota Técnica da área de Urbanismo, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR (DAU-UFPR) sobre a relação vulnerabilidade/insegurança social no contexto da pandemia de Covid-19, desde a perspectiva urbana territorial.

A crescente disseminação do Covid-19 tem demonstrado as assimetrias na ocupação territorial das cidades brasileiras, sendo que os impactos das desigualdades sócio espaciais estão marcados pelo aumento do número de óbitos em territórios periféricos. A dramática condição de vulnerabilidade a que as periferias estão submetidas se origina na combinação entre exposição, suscetibilidade e ausência de ferramentas de resiliência (CARDONA, 2004)<sup>1</sup>. Neste sentido, a disseminação e as consequências do Coronavírus estão necessariamente associados a um modelo excludente de ocupação do território, que amplia a condição de marginalidade a que estão sujeitos determinados grupos sociais neste contexto de crise sanitária (DE SOUZA ROBAINA, 2008; ONU, 2012)<sup>2</sup>, em especial os que vivem nos espaços de moradia popular.

Em Curitiba, assim como na maioria das metrópoles brasileiras, a ocupação do território é caracterizada pela segregação socioespacial, e se materializou pela produção de um modelo de cidade que reservou, contraditoriamente, aos mais vulneráveis os espaços de moradia mais precários, que tanto o jargão urbanístico como o senso comum denominam como periferias. Na cidade contemporânea esse modelo de organização do território tornou-se mais complexo, observando-se a produção de periferias tanto nos espaços mais distantes das áreas centrais, como no seu entorno próximo ou nelas situadas. Assim, as periferias devem ser reconhecidas mais por suas

---

<sup>1</sup> CARDONA, Dario Omar. The Need for Rethinking the Concepts of Vulnerability and Risk from a Holistic Perspective: A Necessary Review and Criticism for Effective Risk Management. In: Bankoff, Greg; Frerks, Georg; Hilhorst, Dorothea. **Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People**. Londres: Earthscan Publishers, 2004.

<sup>2</sup> DE SOUZA ROBAINA, Luís Eduardo. **Espaço Urbano: Relação com os Acidentes e Desastres Naturais no Brasil**. In: Ciência e Natura, [S.l.], p. 93-105, dez. 2008; e ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **World Urbanization Prospects The 2011 Revision**, Highlights. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York, 2012. Disponível em: <[http://esa.un.org/unup/pdf/WUP2011\\_Highlights.pdf](http://esa.un.org/unup/pdf/WUP2011_Highlights.pdf)> acesso em: 26/12/2012



qualidades espaciais do que pela posição geográfica na cidade, caracterizando-se por espaços marcados por precariedades de toda ordem, nos quais habita a população mais pobre e excluída das condições plenas de acesso à moradia digna. Conforme nos lembra Kowarick (2000)<sup>3</sup>, as periferias brasileiras constituem, por excelência, o mundo da subcidadania.

Aqui, as periferias são formadas por favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, mas também por bairros onde foram implantados loteamentos e conjuntos de habitação popular, produzidos com recursos públicos e pela atuação do mercado imobiliário privado. Esses espaços de moradia popular estão presentes na cidade polo e também nos municípios metropolitanos situados no seu entorno, dimensão que agrava o quadro de desigualdade territorial, não apenas pelo número de famílias que vivem em condições de precariedade habitacional, mas também pela capacidade de seu enfrentamento por parte dos diferentes municípios, aprofundando assim as condições de vulnerabilidade dessa população. Em levantamento realizado no final da década de 2010, o Município de Piraquara, por exemplo, contabilizava cerca de 40% dos seus domicílios em favelas e loteamentos clandestinos, e Almirante Tamandaré e Campina Grande do Sul aproximadamente 20% (NUNES DA SILVA, 2012)<sup>4</sup>.

Voltando-se para os dados da precariedade destes municípios e analisando os dados de notificação dos casos de Covid-19, até o dia 05/05, sistematizados pelo grupo multidisciplinar "Paraná contra o Covid-19"<sup>5</sup>, observa-se que enquanto o município de Curitiba registra 5 óbitos para cada 100 infectados com o vírus, Campina Grande do Sul, registra 17 para cada 100 casos de pessoas infectadas pelo vírus. Isso demonstra que as áreas periféricas da metrópole apresentam um alto índice de vulnerabilidade para disseminação e contágio pelo vírus, principalmente devido às características espaciais da ocupação, que concentram baixa renda média per capita dos domicílios, alta densidade populacional e condições precárias de saneamento básico.

Fica evidente que a mortalidade verificada neste contexto de pandemia é um fenômeno social, observando-se nas estatísticas um crescimento ascendente dos óbitos

---

<sup>3</sup> KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

<sup>4</sup> NUNES DA SILVA, M. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

<sup>5</sup> **PARANÁ CONTRA O COVID-19**, c2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/prcontracovid>> acesso em: 05/05/2020.



nas periferias, conforme crescem os índices de infectados. De acordo com o Instituto Pólis, na cidade de São Paulo, a relação entre o número de infectados e óbitos em bairros infraestruturados da cidade é cerca de uma morte para cada 42 infectados, enquanto que nas áreas precárias essa proporção é de uma morte para cada dois infectados pelo vírus. Na metrópole de Curitiba poderemos nos assemelhar a tal situação, caso não existam políticas emergenciais concretas a curto prazo, capazes de alterar a tendência de crescimento dos números de infectados e de mortes.

Publicação recente de Souza (2020)<sup>6</sup> aponta para o índice de vulnerabilidade das áreas de abrangências das Unidades Básicas de Saúde (IVAB), elaborado a partir do cruzamento de quatro dimensões: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda, e as condições de escolaridade. O IVAB é utilizado como estratégia para promoção da equidade no Sistema Único de Saúde, definindo a distribuição dos recursos orçamentários destinados pelo SUS para Curitiba e norteando as ações de saúde no município. Com base na pesquisa do autor, todos os bairros da região periférica de Curitiba, analisados (Sítio Cercado, Campo de Santana, Umbará, Tatuquara e Caximba), estão localizados em áreas consideradas de alto risco, o que representa 66% do total das 111 Unidades de Saúde analisadas.

A partir desse mapeamento é possível constatar também que as regiões que concentram as condições de maior risco de contágio do Covid - 19 coincidem com aquelas onde estão localizadas grande parte das favelas, que respondem pelos indicadores de maior precariedade habitacional em escala metropolitana. Nos espaços das favelas reside a população mais pobre, em geral ocupada em atividades informais, sujeita aos mais elevados indicadores de risco social e ambiental, em função das características de ocupação dos assentamentos, da precariedade dos materiais e das técnicas construtivas das habitações, da carência de infraestrutura urbana e das piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e equipamentos públicos (NUNES DA SILVA, 2012)<sup>7</sup>.

Soma-se a isso a realidade conflituosa a qual estes cidadãos estão submetidos, marcada por uma tensão entre a necessidade de manutenção das condições básicas

---

<sup>6</sup> SOUZA, M. N. **O índice de vulnerabilidade das Unidades Municipais de Saúde como estratégia de enfrentamento da Covid-19 na periferia de Curitiba**. Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba, 30/04/2020, disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-indice-de-vulnerabilidade-das-unidades-municipais-de-saude-como-estrategia-de-enfrentamento-da-covid-19-na-periferia-de-curitiba/>

<sup>7</sup> Op., cit.



da vida e a exposição ao vírus. Esta ambivalência, que se materializa em inúmeras e difíceis decisões no dia a dia das famílias, como por exemplo, sair de casa para auferir algum tipo de renda e se alimentar, expondo-se ao vírus; ou ficar em casa em isolamento social e não ter o que comer no final do dia, expõe a necessidade de repensar as redes institucionais de apoio a estes grupos sociais, a partir de uma configuração que seja capaz de estruturar uma articulação mais direta entre cidadãos e as instituições governamentais. O exemplo dos cartões emergenciais demonstrou-se uma iniciativa ainda muito distanciada da realidade das periferias, pois o acesso à internet e aos aparelhos celulares constituem ainda barreiras importantes para a garantia da dignidade da vida em tempos de pandemia. Por outro lado, percebe-se que as organizações locais de moradores e as escolas municipais ganham relevância enquanto espaços de acolhimento e organização social neste contexto.

Outra dimensão importante da atualidade consiste no acúmulo de crises, entre elas a crise hídrica, que relega parte da população a viver sem condições básicas de enfrentamento da pandemia. Os cortes de água, observados recentemente nas periferias de Curitiba, explicitam a instabilidade do serviço de abastecimento e a consequente impossibilidade destas populações manterem hábitos de higiene. Compreender este momento é perceber, portanto, as características e particularidades do território, bem como as diferentes condições de enfrentamento da pandemia por parte dos distintos grupos sociais. Neste sentido, são repudiadas todas as ações oportunistas que se utilizam da exceção para implementar medidas que aprofundam as condições de vulnerabilidade social dos moradores das periferias, como, por exemplo, o cumprimento de processos de reintegração de posse, o corte de serviços essenciais, dentre outros. Tais processos, além de aprofundarem as condições de vulnerabilidade dessa população, desestabilizam as organizações sociais locais que, neste momento, concentram seus esforços em atividades de apoio e pedagógicas, voltadas ao combate à disseminação do vírus, aprofundando assim as desigualdades territoriais que caracterizam a realidade urbana da metrópole de Curitiba.

Portanto, nestes contextos, entendemos que as recomendações do Ministério da Saúde (2020), que se concentram em três grandes grupos: (i) higienização pessoal e do ambiente doméstico regularmente; (ii) distanciamento social; e, (iii) cuidados pessoais com sono e alimentação; são medidas tangenciais frente aos desafios estruturais que tais populações precisam suplantar no seu dia a dia, dificilmente seguidas diante do contexto em que se encontram.



Curitiba, 07 de maio de 2020.

**Gislene Pereira**

Professora da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e Vice-coordenadora do Laboratório de Habitação e Urbanismo (Lahurb-UFPR)

**Letícia Nerone Gadens**

Professora da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e integrante do Laboratório de Habitação e Urbanismo (Lahurb-UFPR)

**Lucas Cestaro**

Professor da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e integrante do Laboratório de Habitação e Urbanismo (Lahurb-UFPR)

**Madianita Nunes da Silva**

Professora da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e integrante do Laboratório de Habitação e Urbanismo (Lahurb-UFPR)

**Marcelo Caetano Andreoli**

Professor da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e integrante do Laboratório de Habitação e Urbanismo (Lahurb-UFPR)

**Maria Carolina Maziviero**

Professora da área de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e Coordenadora do Laboratório de Habitação e Urbanismo | Lahurb – UFPR (período 2019-2020)